

**HENRIQUE
MEIRELLES**

CALMA

SOB

**~
PRESSÃO**

**O QUE APRENDI
COMANDANDO
O BANCO DE
BOSTON, O
BANCO CENTRAL
E O MINISTÉRIO
DA FAZENDA**

 **Planeta**

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

**HENRIQUE
MEIRELLES**

**CALMA
SOB
PRESSÃO**

**O QUE APRENDI
COMANDANDO
O BANCO DE
BOSTON, O
BANCO CENTRAL
E O MINISTÉRIO
DA FAZENDA**

Coordenação editorial
Thomas Traumann

 **Planeta**

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

Copyright © Henrique Meirelles, 2024
Copyright © Editora Planeta do Brasil, 2024
Todos os direitos reservados.

Depoimento feito aos jornalistas: Thomas Traumann, Leandro Loyola e Karla Correia

Revisão técnica: Guilherme Tinoco

Preparação: Diego Franco Gonçalves

Revisão: Ana Maria Fiorini

Projeto gráfico e diagramação: Negrito Produção Editorial

Capa: Renata Spolidoro

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Meirelles, Henrique, 1945-

Calma sob pressão / Henrique Meirelles ; depoimentos feitos aos jornalistas Karla Correia, Leandro Loyola, Thomas Traumann. – São Paulo : Planeta do Brasil, 2024.
192 p.

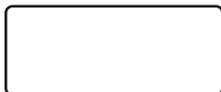
ISBN: 978-85-422-2782-6

1. Economistas – Brasil – Biografia. 2. Política monetária – Brasil – História. 3. Banco Central do Brasil – História. I. Título. II. Correia, Karla. III. Loyola, Leandro. IV. Traumann, Thomas.

24-3287

CDD 330.092

Índice para catálogo sistemático:
1. Economistas – Brasil – Biografia



Ao escolher este livro, você está apoiando o
manejo responsável das florestas do mundo

2024

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA PLANETA DO BRASIL LTDA.
Rua Bela Cintra, 986, 4º andar – Consolação
São Paulo – SP – 01415-002
www.planetadelivros.com.br
faleconosco@editoraplaneta.com.br

Meus pais eram profundamente religiosos, viviam para a família e transmitiram para os filhos o ideal de que nada vinha fácil, mas que o trabalho duro seria recompensado. Minha mãe, Diva, era filha de um grande comerciante e pecuarista de Anápolis, maior cidade de Goiás até a primeira metade do século xx. Meu avô, Sanito, era uma figura influente, havia sido presidente da Câmara dos Vereadores e prefeito da cidade mais de uma vez. Sua família estava em Goiás desde o século xviii. Meu pai, Hegesipo, era de Santa Luzia, hoje Luziânia, cidade do entorno de Brasília. Ele veio de uma família que vendia fertilizantes e herbicidas e que havia chegado a Goiás no século xix.

Eles se conheceram quando meu pai foi ser professor em Anápolis na mesma escola na qual minha mãe era diretora. Apaixonaram-se, se casaram e decidiram se mudar para a capital do estado, que à época era a cidade de Goiás. Fundada em 1729, com o estilo barroco do ciclo do ouro ainda preservado, Goiás tinha uma das mais antigas faculdades de Direito do país. Ser advogado era o sonho do meu pai, e para lá eles foram. Em 1934 nasceu Tales, meu irmão mais velho.

No final dos anos 1930, o estado de Goiás era em tudo distante da potência agro do século XXI. A população total do estado, que à época compreendia os territórios atuais de Goiás e Tocantins, era de apenas 826 mil habitantes, e mais de 80% vivia na zona rural. As estradas para o estado eram ruins, o que dificultava o acesso aos centros urbanos do Rio e de São Paulo. O Centro-Oeste era uma região com tão pouco acesso ao resto do país que a ditadura Vargas iniciou um programa chamado Marcha para o Oeste para incentivar a migração e o desenvolvimento da região. Pedro Ludovico Teixeira, o então governador de Goiás (cargo que na ditadura do Estado Novo tinha o nome de interventor), resolveu transferir a capital do estado para uma cidade planejada do zero, Goiânia, por razões similares às que anos depois fariam Juscelino Kubitschek levar a capital federal para Brasília.

Já formado em Direito, meu pai mudou-se com a família para o canteiro de obras de Goiânia em 1937. Foi diretor da Penitenciária Pública de Goiânia e secretário de Segurança Pública. A cidade em si foi inaugurada em julho de 1942, três anos antes do meu nascimento. Quando Getúlio Vargas foi deposto em 1945, meu pai foi nomeado governador interino do estado por algumas semanas, até a eleição do novo governador.

Goiânia existia, mas minha mãe era de Anápolis e decidiu que eu deveria nascer lá. Quando minha mãe decidia, era melhor não discutir. Por envolver o deslocamento entre as duas cidades (uma distância de pouco mais de cinquenta quilômetros), essa decisão envolveu um personagem inesperado: um *serial killer*. Vou contar isso por partes.

Havia naquela época um procedimento legal pelo qual, depois de ter cumprido parte do tempo da pena, um condenado

poderia passar para a liberdade condicional caso alguma autoridade se responsabilizasse pelos seus atos fora da cadeia. Como diretor da Penitenciária do Estado e secretário de Segurança, meu pai tinha um comportamento legalista e um relacionamento bom com os detentos.

José Lourenço era o que hoje chamamos de *serial killer*. Havia sido condenado pelo assassinato de 21 pessoas, mas nos anos 1940 já havia cumprido a maior parte da sua pena. Numa decisão tipicamente dele, de alguém que acredita no ser humano, meu pai então assumiu a responsabilidade pela liberdade condicional do Zé Lourenço. E o Zé Lourenço, portanto, saiu da prisão e foi ser o nosso motorista.

À época, o Brasil passava por um racionamento de combustível. Quando havia gasolina nos postos podia-se comprar quanto pudesse, mas o abastecimento era irregular. Por isso, quando a minha mãe começou a dar sinais de que ia ter um parto prematuro, criou-se uma situação de quase pânico. Havia o desejo, quase determinação, de que eu nascesse em Anápolis, mas não podia faltar combustível para a viagem.

Foi quando o Zé Lourenço contou que havia estocado gasolina em latas de querosene e as enterrado no quintal. Era o suficiente para a emergência. Assim, quando chegou a hora, eu nasci em Anápolis como queria minha mãe.

O Zé Lourenço continuou como motorista da minha família por algum tempo, e depois meu pai o ajudou a comprar um automóvel para ser taxista. Quando eu era jovem, ainda sem idade para dirigir, era o Zé Lourenço que me levava em seu táxi para os lugares. Ganhamos intimidade, e um dia perguntei:

“É verdade que você matou 21 pessoas?”

“Sim, senhor.”, ele confirmou.

“Mas por quê?”

“O senhor sabe como é que é, às vezes eu estava em paz, sem problema nenhum, e as pessoas... o sujeito começava a me provocar e eu ficava nervoso... aí me dava um branco. Quando eu acordava e me dava por mim, tinha um morto deitado no meu pé.”

Felizmente, durante todos os anos em que convivi com o Zé Lourenço, nunca o vi nervoso. Acho que quando meu pai o ajudou, isso teve um efeito mais profundo nele. Ele cumpriu a pena decretada pela Justiça com bom comportamento no presídio, recebeu uma nova oportunidade, a agarrou e nunca mais teve aqueles “brancos”. Meu pai, que acreditava na regeneração das pessoas, teve no Zé Lourenço um caso de sucesso.

*

Quando chegou a hora do que hoje chamamos Ensino Médio, dona Diva soube respeitar a minha vontade, ao mesmo tempo que me ensinava a assumir as consequências de meus atos. Como minha família era muito católica, o normal seria ir para o Ateneu Dom Bosco, dirigido pelos padres salesianos. Mas eu preferi ir para o colégio público, o Lyceu de Goiás.

Era o começo dos anos 1960, o Brasil estava em ebulição e o Lyceu era o centro da agitação política em Goiânia. O movimento estudantil se concentrava no Ensino Médio e não nos diretórios acadêmicos dos cursos universitários, ainda restritos a poucos estudantes. O Lyceu tinha um centro estudantil muito ativo, o Grêmio Literário Félix de Bulhões.

Comecei a me interessar por política. Escrevi um artigo que eu mesmo preguei no mural e fui convidado para ser subsecretário de esportes do grêmio. Só que havia um problema: eu não praticava esportes. O que eu sabia era organizar, então

passei a promover torneios, virei secretário-geral e depois ganhei a eleição para presidente com 91% dos votos.

O ano era 1963, e o movimento estudantil era um dos eixos de apoio ao governo João Goulart. Foi quando me candidatei a presidente da chapa de oposição à diretoria da União Goiana dos Estudantes Secundaristas (UGES). Fiz isso de forma independente, contra um grupo que dominava há tempos a entidade. A eleição era indireta, via delegados em um congresso, e a minha chapa teve ampla maioria de votos.

Apesar da derrota, a diretoria perdedora da UGES seguiu ocupando a sede da entidade, na região do Lago das Rosas, em Goiânia – ou seja, ganhamos, mas não levamos. Nossa chapa organizou uma passeata na avenida Anhanguera para exigir a sua saída. Eles ergueram uma barricada de resistência. Eram umas trinta ou quarenta pessoas entrincheiradas na sede, cercada com arame farpado, e estavam armados. Como a avenida ainda estava sendo asfaltada, havia muitas pedras soltas. A possibilidade de um confronto sangrento era grande.

Chegando em frente à sede da entidade, a multidão parou e eu fui sozinho. Um estudante que estava na trincheira se levantou e ficou em pé com o revólver na mão, tremendo: “Henrique, volta, senão eu te mato”. Com a impetuosidade típica da juventude, eu não voltei. Ele deu seis tiros. Felizmente, errou os seis. Um colega passou correndo por mim e foi em direção ao portão da casa, aproveitando uma brecha de um metro onde não havia arame. Quando estava chegando perto, levou uma tijolada na testa. Só que ele se levantou, ensanguentado, e gritou para a multidão: “Vamos!”. A multidão invadiu, e os rapazes da diretoria antiga saíram correndo, perseguidos pelos outros estudantes.

Depois houve contestação judicial à nossa vitória, eles voltaram à sede, e eu criei uma outra entidade chamada Confederação Goiana dos Estudantes. Com os meses, ficou claro que nós é que tínhamos a representação real dos secundaristas goianos.

Foi um dos períodos mais ricos da minha vida. A política consumiu o meu tempo. Viajava muito para o interior, promovia reuniões e até liderei um movimento pela redução do preço da passagem de ônibus em Goiânia.

Em 1965, eu deixei Goiânia, mudei-me para São Paulo e fiz um cursinho para o vestibular da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Quando fui aprovado na Poli, meus pais decidiram se mudar comigo para São Paulo. Meu pai era advogado, prestava serviços jurídicos ao Banco do Estado de Goiás e assumiu as causas do banco na Justiça paulista. Ele ia ao Fórum todos os dias e trabalhou como advogado até morrer, aos 93 anos.